



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CENÁRIO INTERNACIONAL/1980

Idabel Nascimento da Silva¹
Betijane Soares de Barros²

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar as transformações e desafios enfrentados por jovens e adultos no cenário internacional a partir da década de 1980, considerando os aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos. A utilizada para atingirmos esse objetivo, foram realizadas pesquisas em fontes acadêmicas e especializadas, análise de dados históricos e revisão da literatura sobre o tema. Foram considerados estudos e relatórios que abordam as mudanças ocorridas no mundo a partir da década de 1980 e seu impacto na vida dos jovens e adultos. A partir da análise realizada, foi possível observar que os jovens e adultos no cenário internacional enfrentaram importantes transformações e desafios a partir da década de 1980. A globalização, as mudanças tecnológicas, os movimentos sociais e culturais influenciaram diretamente a vida desses grupos, exigindo maior qualificação profissional, engajamento político e social, e uma nova forma de expressão cultural. O período foi marcado por uma busca por igualdade, justiça e direitos, impulsionando ações e políticas em prol da juventude e da população adulta. Essas mudanças moldaram as experiências e perspectivas dos jovens e adultos, refletindo um cenário dinâmico e desafiador no âmbito internacional.

Palavras-chaves: Educação; Jovens; Adultos.

¹ E-mail: idabelandia2016@gmail.com

² E-mail: bj-sb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por diversas transformações e desafios significativos. Nesse período, houve um aumento na globalização, que trouxe consigo mudanças econômicas, sociais e culturais que impactaram diretamente a vida desses grupos.

No campo econômico, a entrada de novas tecnologias e a expansão do comércio internacional criaram oportunidades de emprego, mas também aumentaram a competição e a exigência por qualificação profissional. Isso levou muitos jovens e adultos a buscarem por educação e capacitação para se manterem competitivos no mercado de trabalho.

No aspecto social, a década de 1980 foi marcada por movimentos sociais e políticos que buscavam maior igualdade, justiça e direitos para os jovens e adultos. Questões como direitos humanos, igualdade de gênero, diversidade e inclusão se tornaram cada vez mais importantes e influenciaram as políticas públicas em diversos países.

Além disso, a cultura e o entretenimento também tiveram um papel significativo nesse período, com o surgimento de novas formas de expressão artística, como o hip-hop, o punk e a cultura

pop, que refletiam as preocupações e aspirações da juventude da época.

Em resumo, a partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por um período de transformações profundas, marcado por desafios e oportunidades que moldaram suas experiências e perspectivas para o futuro.

METODOLOGIA

Para atingir esse objetivo, foram realizadas pesquisas em fontes acadêmicas e especializadas, análise de dados históricos e revisão da literatura sobre o tema. Foram considerados estudos e relatórios que abordam as mudanças ocorridas no mundo a partir da década de 1980 e seu impacto na vida dos jovens e adultos.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Partindo do princípio de que as políticas educacionais de natureza internacional, na atualidade, devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais e espaciais que caracterizam o seu tempo, podemos afirmar que, no mundo contemporâneo, as reformas educativas, executadas em vários países, sobretudo, europeus e latinos americanos nos últimos 20 anos, coincidem com a recomposição do

sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia, regido pela lógica neoliberal de globalização do capital que se configura. Este fato ocorre, sobretudo, a partir dos anos 80, quando, segundo Libânio (2005, p. 81-82), a mobilidade do capital deixa os governos fragilizados e gera grande instabilidade nas economias dos países emergentes. Nesse sentido, a educação integrada no sistema social total sofre os efeitos dessas mudanças e influências nos novos arranjos do sistema social total. Afirma o mesmo autor, que uma outra característica desta nova lógica da ordem mundial é a crescente limitação dos poderes dos Estados nacionais, que têm como extensão a ampliação da autonomia do mercado, a interdependência econômica e o aumento do poder transnacional. E, ainda, que o poder decisório do capital transnacional não é desconcentrado e desarticulado, como pode parecer em um primeiro momento; ao contrário, é cada vez mais articulado e concentrado. O poder de decisão de todas as formas de definições políticas está concentrado e direcionado numa lógica globalizante, onde propicia que o global incida sobre o local e o local sobre o global, confirmando o previsto no relatório de Delors (2001, p. 9). Nesta relação, a educação passa a ser produto dos interesses, sobretudo, econômicos, dos grupos hegemônicos, na medida em que a

relação política e estrutural operacional, depende das definições e flutuações dos processos econômicos de que os cenários mundial, nacional e local necessitam (PRESTES & MADEIRA 2001, p. 23).

Geralmente os efeitos dessa integração resultam em políticas educacionais que respondem as necessidades do poder econômico e político instituído, fazendo da educação mais um instrumento de sua manutenção e ou aprimoramento. Neste cenário global, o papel da educação amplia-se de forma considerável. Logo, é, também a partir do que ocorre no mundo econômico e sua repercussão nos enfoques políticos recentes que buscamos acompanhar as relações definidoras da educação para avaliar seu papel social. No caso especial, da educação para jovens e adultos, objetivando constatar se a introdução das reformas educativas em pauta no Brasil, constitui uma tendência internacional – decorrente das necessidades e exigências geradas pela reorganização produtiva do mundo globalizado – e de suas influências nos contextos nacional e local.

Para efetivarmos esta análise, buscamos, nos indicadores sociais, internacionais e nacionais os subsídios para interpretar as razões que levaram à formulação das recentes políticas expressadas nos vários Fóruns Internacionais, onde foram discutidas e definidas as políticas de educação dos

últimos anos. Simultaneamente, e de forma particular, procuramos, destacar os principais documentos internacionais, fruto dessas discussões, e que, na história recente vêm impulsionando de forma mais marcante a reestruturação no tratamento das políticas e programas sociais, na especificidade da educação jovens e adultos - EJA.

PRINCIPAIS DESAFIOS PARA OS A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO CENÁRIO INTERNACIONAL A PARTIR DA DÉCADA DE 1980

Os principais desafios enfrentados por jovens e adultos no cenário internacional a partir da década de 1980 incluem:

1. Competitividade no mercado de trabalho: Com a globalização e o avanço tecnológico, houve um aumento da concorrência e da exigência por qualificação profissional, tornando mais desafiador para jovens e adultos conseguirem empregos e se manterem competitivos.

2. Desigualdade social e econômica: A disparidade de renda e oportunidades entre diferentes grupos sociais se acentuou, criando dificuldades para jovens e adultos de camadas menos favorecidas alcançarem seu potencial e garantirem um futuro sustentável.

3. Acesso à educação de qualidade: Nem todos os jovens e adultos têm acesso a uma educação de qualidade, o que limita suas oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional.

4. Questões ambientais e sustentabilidade: A crise ambiental e a mudança climática representam desafios urgentes que impactam diretamente o futuro dos jovens e adultos, exigindo ações concretas para mitigar os efeitos e promover a sustentabilidade.

5. Desafios políticos e sociais: Movimentos políticos extremistas, crises humanitárias e conflitos armados ao redor do mundo criam instabilidade e incerteza para jovens e adultos, afetando seu bem-estar e segurança.

6. Saúde mental e bem-estar: O estresse, a ansiedade e a pressão social são desafios comuns enfrentados por jovens e adultos, que muitas vezes precisam lidar com questões de saúde mental e buscar apoio adequado.

Esses desafios refletem um cenário complexo e dinâmico no qual os jovens e adultos precisam navegar, buscando soluções criativas e colaborativas para enfrentar os obstáculos e construir um futuro mais justo e sustentável.

PRINCIPAIS DOCUMENTOS QUE IMPULSIONARAM AS CONQUISTAS PARA A EJA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

Principais documentos que impulsionaram as conquistas para a EJA no cenário Internacional Segundo relatório da UNICEF (1999) 4, os anos 80 foram também, marcados pela crise da dívida externa, quando os bancos comerciais param de emprestar recursos aos países em desenvolvimento e o Fundo Monetário Internacional (FMI), junto com o Banco Mundial⁵, começaram a re-financiar empréstimos já existentes, exigindo ajustes estruturais. Os serviços do setor público, inclusive a educação, foram seriamente afetados. As condições educacionais internacionais postas em relevo nos anos 80 se associavam a outros fatores sociais, indicadores de pobreza e de discriminação em todos os níveis. Este quadro social transformou a década de 80, no período de maior promoção de discussões Internacionais estimulando a ruptura da discriminação de todas as espécies.

Foi nos anos 80 inclusive, que se deu início ao calor do debate sobre a aplicação do previsto na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ocorrida em 1979 em San Salvador. Sobre este tema, em março de 1985, em Nairobi, foi realizada a Terceira Conferência sobre a Mulher

fortalecendo a discussão de gênero no mundo. Nesta Conferência, o fator educacional esteve presente de forma imponente quando foi declarado entre os governos que a educação é fator básico para a melhoria do status da mulher, estimulando a eliminação de estereótipos de gênero discriminatórios do material educacional presente nos livros e textos didáticos, bem como a inclusão dos estudos sobre a mulher nos currículos e pesquisas acadêmicas. Mas a década de oitenta também foi referência de importantes iniciativas políticas e de surgimento de movimentos de cunho internacional. Nesse sentido, por iniciativa da UNESCO, em 1987, no México, foi instalado o Decênio Mundial de Desenvolvimento Cultural, previsto para conclusão em 1997, do qual se originou o relatório da comissão de mesmo nome, liderada por Jávier Perez de Cuellar.

Esse relatório recebeu o título de Nossa Diversidade Criadora que serviu de referência para uma série de encontros temáticos que culminaram em uma reunião com Ministros da América Latina e do Caribe no Rio de Janeiro em 1998. Ao longo do Decênio do Desenvolvimento Cultural (1987-1997), foi instituída uma ação permanente de sensibilização dos estados-membros para as vantagens de condução de atividades, ações e iniciativas coordenadas em projetos, visando o crescimento econômico associado ao desenvolvimento

cultural, pelo fato desses estados acreditarem que, sem crescimento econômico, as nações perdem qualidade de vida, segurança, poder e independência. Nessas circunstâncias foi compreendido que, uma nação desenvolvida, rica, independente e poderosa, é, antes de tudo, uma nação culturalmente pujante, com forte identidade cultural.

A partir da implantação deste Decênio a cultura passou a ser vista como chave de compreensão da realidade, sendo destacada pela UNESCO (1997, p. 21-22) que, Como a cultura passou a se mostrar cada vez mais importante na compreensão e no estabelecimento dos processos sociais, fato que até então havia sido subestimado, nos programas de desenvolvimento empreendidos em diversos lugares por todo o globo, todas as políticas educacionais e sociais implantadas a partir de então foram influenciadas nas suas discussões para valorização das culturas em todos os aspectos. A educação como um processo cultural trabalha na perspectiva da valorização e emancipação humana. Nos anos 90, segundo relatório da UNICEF (1999, p. 7), o quadro educacional no mundo, especialmente dos países subdesenvolvidos, continuava apresentando cerca de um bilhão de pessoas sem saber ler um livro, assinar o nome ou entender um formulário simples e, muito menos operar um computador, nova exigência da

contemporaneidade. Havia uma previsão da UNICEF, de que até o início do novo milênio, 855 milhões de pessoas continuariam analfabetas funcionais e 130 milhões de crianças em idade escolar estariam crescendo sem ter acesso à educação básica. Estes dados iam de encontro às discussões daquele momento, acerca da relação entre o crescimento econômico no mundo e o desenvolvimento cultural.

Foi considerando essa situação sócio-educacional, incompatível para as novas necessidades econômicas e políticas que os anos 90 presenciaram as grandes conferências e fóruns ocorrendo no mundo reunindo, sobretudo, os países subdesenvolvidos, como o Brasil, visando uma avaliação das condições educacionais existentes e redefinindo as políticas existentes à época. Neste sentido, podemos destacar a reunião da Cúpula Mundial pelas Crianças (1990); a Conferência Mundial de Educação para Todos (1990); a Conferência do Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992); a Conferência Mundial de Direitos Humanos (1993); a Conferência Mundial sobre Necessidades Especiais da Educação: Acesso e Qualidade (1994); a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social (1995); a Quarta Conferência Mundial da Mulher (1995); o Encontro Intermediário do Fórum Consultivo Internacional de Educação para Todos (1996); a Conferência

Internacional sobre o Trabalho Infantil (1997) e a Conferência Internacional de Educação de Adultos (1997).

Cada espaço de discussão política, aqui destacado, culminou em compromissos internacionais a serem perseguidos nas definições das políticas nacionais entre os principais documentos organizados para a redefinição dos caminhos da educação dos anos 90 em âmbito internacional, selecionamos, daquela década, aqueles que mais contribuíram para reafirmar compromissos com a garantia à educação básica e que impulsionaram mudanças para a educação de jovens e adultos – objeto principal de nosso estudo – quais sejam: a Conferência Mundial de Educação para Todos (1991-2000) e a V Conferência Internacional de Educação de Adultos em Hamburgo na Alemanha (1997).

A tônica do debate destes documentos, produtos destas Conferências e expressas em seus Relatórios e Declarações, revela predominantemente a preocupação com a garantia da universalização do acesso à educação básica para todos, e em qualquer lugar que estejam de forma indiscriminada, respeitando o princípio da equidade e da responsabilidade social e política em todas as esferas. Nestes estudos, destacaremos alguns aspectos destes documentos, considerando os que mais se voltaram à

oferta da EJA. Em meio às discussões acerca da superação do desenvolvimento mundial, em março de 1990, foi realizada a Conferência Mundial de Educação para Todos em Jomtien, na Tailândia, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e copatrocinada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Banco Mundial (BM), com vários outros organismos internacionais e a participação de 155 países e centenas de representantes da organização da sociedade civil. Esta Conferência teve, como principal resultado, a aprovação da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, reafirmando o estabelecido desde a década de 1950, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de que “toda pessoa tem direito à educação”, expressamente colocado em seu Art. 26, § 1-3. Foi assegurado que todo homem tem direito à instrução gratuita e obrigatória, pelo menos nos graus elementares e fundamentais, orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Foi a partir de Jomtien que se propagaram às preocupações com a educação escolar voltada ao atendimento de jovens e adultos, a partir da satisfação das suas necessidades básicas de aprendizagem;

a responsabilidade comum e universal a todos os povos e a solidariedade internacional através de suas relações econômicas e equitativas.

A síntese das propostas desta Conferência gerou postulados políticos e ideológicos, modificando sistemas educacionais, quando foi determinado que os países com maiores índices de analfabetos e maiores déficits no atendimento da escolaridade obrigatória elaborariam planos decenais de educação para todos. O Brasil era um deles.

A Conferência de Jomtien, nas suas orientações para as novas definições das políticas da oferta da Educação de Jovens e Adultos, cuidou de garantir o respeito às condições individuais de aprendizagem de cada pessoa – criança, jovem ou adulto.

O respeito às necessidades individuais de aprendizagem compreende tanto aos instrumentos essenciais para a aprendizagem da leitura, da escrita, da expressão oral, do cálculo ou da solução de problemas, quanto, dos conteúdos básicos da aprendizagem que possibilitam a construção de novos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes.

Todos, necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões

fundamentadas e continuar aprendendo. Sobre as recomendações acerca das estratégias e obrigações do poder público na oferta da EJA, o documento de Jomtien previu que, as autoridades responsáveis pela educação nos âmbitos nacional, estadual e municipal dos diferentes países, se obrigaria a priorizar a oferta da educação básica para todos, independentemente da idade.

Neste sentido, todas as nações trataram de reelaborar suas experiências educativas, com vistas à definição de novas políticas e programas educacionais. Portanto, a Conferência de Jomtien marcou uma mudança significativa na forma pela qual os países de todo o mundo abordavam a educação, agregando ao conceito de educação básica o componente de qualidade e a nova compreensão de como oferecê-la. Segundo relatório da UNICEF (1999, p.13) a Conferência de Jomtien marcou a emergência do consenso Internacional de que a educação constitui o fator isolado mais vital para o combate à pobreza, associada à capacitação da mulher, a promoção dos direitos humanos e da democracia, a proteção ambiental e o controle do crescimento populacional.

Dois anos após a realização da Conferência de Jomtien, foi organizada a V Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA), em julho de 1997 em Hamburgo, na Alemanha, que resultou na construção de dois valiosos documentos

para a EJA, especialmente para a América Latina: a Declaração de Hamburgo e a Agenda para o Futuro. A pauta de discussão da V CONFINTEA foi conduzida por temas que serviram de debates e posteriormente, ganharam forma de documento de consulta obrigatória para as definições das políticas de EJA no mundo.

Nesta Conferência, a educação voltada ao atendimento aos jovens e adultos, foi profundamente discutida relacionando-a aos desafios inerentes aos problemas contemporâneos, quais sejam: o exercício da democracia, melhoria das condições e da qualidade da educação, garantia do direito universal à alfabetização e à educação básica, fortalecimento das mulheres, transformações no mundo do trabalho, preservação do meio ambiente, saúde, cultura, meios de comunicação e novas tecnologias de informação, economia, política e a promoção da cooperação e da solidariedade internacional.

Considerando as preocupações internacionais com as novas condições de desenvolvimento das políticas de educação de jovens e adultos, ainda nesta CONFINTEA foi recomendado que todo plano de ação para a EJA deveria considerar o fortalecimento e integração das mulheres, a cultura da paz, a educação para a cidadania e para a democracia, o acesso à saúde, a sustentabilidade ambiental, a

oportunidade da população idosa aprender e a garantia de integração dos portadores de necessidades especiais na escola. Nesta CONFINTEA, as discussões acerca do conceito de alfabetização, resultou no entendimento de que a alfabetização é conhecimento básico necessário a todos num mundo em transformação, bem como um direito humano fundamental e uma habilidade primordial em si mesma.

A alfabetização torna-se um dos pilares para o desenvolvimento de outras habilidades e requisito básico para a educação continuada durante a vida.

E ainda, um processo de autotransformação cultural e social das coletividades. Segundo relatório desta Conferência, a alfabetização de jovens e adultos deveria permitir ao indivíduo adquirir competências para assumir eficazmente sua função na sociedade a que pertence, construí-la e modelá-la, e responder às necessidades de mulheres e homens a fim de lhes permitir compreender as relações de interdependência que conectam sua situação pessoal com as realidades locais e mundiais.

O ensino de jovens e adultos passou a priorizar a formação integral voltada para o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas, para que todos possam enfrentar, no marco do desenvolvimento sustentável, as novas transformações científicas e tecnológicas e

seus impactos na vida social e cultural. Um outro aspecto de destaque foi à contribuição para a formação de cidadãos democráticos, mediante o ensino dos direitos humanos, o incentivo à participação social ativa e crítica, o estímulo à solução pacífica de conflitos e a erradicação de preconceitos culturais e da discriminação por meio de uma educação intercultural. A partir deste evento a EJA passou a ser compreendida como um processo contínuo para toda a vida, propiciando aos indivíduos desenvolverem a autonomia e o sentido de responsabilidade, como condições para enfrentar as transformações econômicas, culturais e políticas que afetam a sociedade em seu conjunto. A educação seria capaz de promover a coexistência, a tolerância e uma participação esclarecida dos cidadãos na vida da coletividade, permitindo aos indivíduos e à comunidade tomar em suas mãos o seu destino e da sociedade para enfrentarem os desafios vindouros, através do desenvolvimento de cinco princípios básicos, que segundo Souza (2000, p. 11), simbolizam o reconhecimento do caráter estratégico da educação para pessoas jovens e adultas.

O primeiro princípio afirma que a educação, com pessoas jovens e adultas deve ser parte integral da política global do Estado e da sociedade civil para garantir maior equidade aos sistemas educativos da região.

O segundo afirma que é necessário fortalecer o desenvolvimento de políticas de EPJA como parte essencial das estratégias destinadas a superar o ciclo vicioso da pobreza e do subdesenvolvimento prestando especial atenção aos grupos e setores excluídos, entre os quais se encontram os jovens, as mulheres, as populações indígenas, negras e outros.

O terceiro princípio destina-se a garantir especial atenção às políticas integrais de formação do indivíduo de modo que promovam o desenvolvimento de capacidades e competências adequadas para que todas as pessoas possam enfrentar, no marco de um desenvolvimento sustentável, as transformações científicas e tecnológicas nos campos da produção e da comunicação, e sua incidência na vida social e cultural.

O quarto determina que a EPJA deve estar imbuída de uma visão ampla do processo produtivo e do mundo do trabalho, a fim de promover a participação dos sujeitos na construção de uma organização do trabalho orientada para o desenvolvimento integral do ser humano, contribuindo para a eliminação de todas as formas de discriminação e exclusão. Finalmente, o quinto princípio afirma que é necessário, em particular, desenvolver uma EPJA segundo um enfoque intercultural de educação para o exercício da cidadania democrática, com uma marcada orientação para a formação humana centrada nos

valores que fortalecem os direitos humanos, a justiça social, a educação ambiental e a não discriminação por razões de gênero, econômicas, religiosas, étnico-culturais, deficiências, etc., destacando especialmente o fortalecimento do papel da mulher e a sensibilidade dos homens para a conquista da equidade de gênero.

Através desta Conferência, a EJA adquiriu, visibilidade mundial, culminando na promoção de Fóruns em todos os países, desencadeando mudanças nas suas concepções e na definição das políticas educacionais para o público de jovens e adultos.

Em abril de 2000 em Dakar, Senegal, ocorreu Fórum Mundial de educação para todos, abrindo espaços políticos de debates sobre as questões sociais no mundo. Este Fórum contou com a participação de Agências Internacionais, Governos e mais de 300 Organizações Não-Governamentais (ONGs) de todo o mundo.

O contexto social apresentado por ocasião deste Fórum, foi de uma desigualdade social crescente, traduzida inclusive na educação, onde segundo a UNESCO (2000) em muitos países, a educação ainda passava pelo reforço da escolaridade primária, e que eram necessários grandes esforços para reduzir substancialmente o número de analfabetos entre a população adulta, que continuava afetando um quinto da população mundial.

Mesmo com o empenho dos diferentes governos para ampliar a oferta educacional, existia ainda, mais de 113 milhões de crianças sem acesso ao ensino primário.

A discriminação de gênero permeava os sistemas educacionais e a qualidade da aprendizagem e da aquisição de valores e habilidades humanas apregoadas nos documentos, estavam longe de serem contempladas.

Desse modo, os presentes neste Fórum, revelavam preocupação com a efetivação da política de educação para todos e com as metas nacionais e internacionais acordadas para a redução da pobreza. O não cumprimento dessas metas implicaria na ampliação das desigualdades entre nações e dentro das sociedades, como já ocorrera em décadas passadas, quando compromissos foram firmados e poucas ações foram executadas.

Para evitar a manutenção dessa situação de desigualdade, a comunidade internacional, política e civil e as instituições presentes neste Fórum, assumiram, mais uma vez, o compromisso de que tudo fariam para que os recursos humanos e financeiros não constituíssem um impedimento à concretização dos grandes objetivos que fundamentam o quadro de Ação de Dakar – como ficou conhecido o Fórum – para os próximos 15 anos, comprometendo-se a luta pelo alcance

dos objetivos e das metas de Educação Para Todos (EPT) para cada cidadão e cada sociedade. Segundo relatório de Dakar (2000, p.1), o marco de ação deste Fórum, foi o compromisso coletivo estabelecido entre os governos e a sociedade, no âmbito de cada país.

Os diferentes e múltiplos parceiros, apoiados pela cooperação com agências e instituições regionais e internacionais, deveriam tratar de valer os compromissos anteriormente assumidos na Declaração Mundial de Educação Para Todos (Jomtien, 1990), e apoiados pela Declaração Universal de Direitos Humanos e pela Convenção sobre os Direitos da Criança, onde passaram a defender que toda criança, jovem e adulto tem o direito humano de se beneficiar de uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que incluindo o aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser. Esse - 30 - tipo de educação destinada a captar os talentos e potencial de cada pessoa, e desenvolver a personalidade dos educandos, também se destinou à melhoria das suas vidas e a transformação das sociedades.

O conceito de educação, neste Fórum, revelou uma preocupação com a formação individual do sujeito, sendo, segundo Matsuura (2002, p. 27-28) apresentada como, um direito fundamental

e um pré-requisito sine qua non para o desenvolvimento do indivíduo.

Os objetivos estabelecidos em Dakar relacionados a EJA tratavam de responder às necessidades educativas de todos os jovens e de todos os adultos, assegurando o acesso equitativo a programas adequados e a aquisição de conhecimentos, assim como, de competências necessárias à vida cotidiana.

Nesse sentido, foi estabelecido como metas: melhorar em 50% os níveis de alfabetização de adultos, nomeadamente das mulheres, até 2015, e assegurar a todos os adultos um acesso equitativo a programas de educação básica e de educação permanente.

A eliminação das disparidades entre os sexos nos ensinos primário e secundário até 2005, instaurando a igualdade nesse domínio em 2015, também foi estabelecido, assim como: melhorar em todos os aspectos a qualidade da educação, visando a excelência, de forma a conseguir, resultados de aprendizagem reconhecidos e quantificáveis, na leitura, escrita e nos cálculos, bem como nas competências indispensáveis para a vida corrente.

Foi a partir desse documento que novos caminhos foram traçados para a educação no novo século. A perspectiva globalizante que atribuiu à educação básica um papel fundamental no desenvolvimento econômico e das sociedades, concedeu a

EJA, integrada nos princípios educacionais gerais, um papel preponderante, como um investimento essencial para aproveitar, integralmente, a alavanca para o crescimento futuro (Matsuura, 2000, p.19).

Estas idéias legitimadas nas políticas e documentos dos órgãos internacionais, como: UNESCO, UNICEF e Banco Mundial passaram a serem adotadas também no Brasil. Em setembro de 2000, Ministros dos países mais empobrecidos, inclusive o Brasil, se reuniram no Rio de Janeiro e fizeram a Declaração do Milênio das Nações Unidas - um resultado da Cúpula do Milênio - definindo uma lista dos principais componentes da agenda global para o século XXI.

No elenco dos seus objetivos, apareceram: erradicação da extrema pobreza e da fome, a universalização do ensino básico universal, a promoção da igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, a redução da mortalidade infantil, a melhoria da saúde materna, o combate ao HIV/AIDS, a malária e outras doenças, a garantia da sustentabilidade ambiental e o estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento.

A ideia de assegurar uma agenda global para o século XXI, a nosso ver, revela que os países da América Latina estavam empenhados na tarefa de consolidar uma ordem democrática global. Esse objetivo expressou um compromisso

entre a sociedade e os governos e obrigou a realização de esforços desses dois setores no sentido de repensar os diferentes segmentos da vida internacional, nacional e local, nos termos dessa consolidação. É certo que a educação, por si só, não opera milagres.

Todavia, ela se destaca como mecanismo acelerador de mudanças em direção a um cenário democrático, mais equitativo.

CONCLUSÃO

A partir da década de 1980, os jovens e adultos no cenário internacional passaram por um período de intensas transformações e desafios. A globalização, o avanço tecnológico, os movimentos sociais e culturais e as mudanças políticas impactaram significativamente a vida desses grupos.

Os jovens e adultos enfrentaram a necessidade de se adaptar a um mercado de trabalho cada vez mais competitivo, buscando qualificação e capacitação para se manterem relevantes. Ao mesmo tempo, movimentos sociais e políticos emergiram em busca de maior igualdade, justiça e direitos para a juventude e a população adulta.

A cultura e o entretenimento também desempenharam um papel importante nesse período, refletindo as

preocupações e aspirações da juventude. Novas formas de expressão artística surgiram, influenciando a maneira como os jovens e adultos se relacionavam com o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

DELORS, Jacques (Coord.) **Educação: um tesouro a descobrir.**

Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre- 154 –

LOCKE, John. Segundo tratado sobre o governo. São Paulo: Abril Cultural, 1973. (Os Pensadores).

MATSUURA, Koichiro. A UNESCO e os desafios do novo século. Brasília/DF, 2002.

PRESTES, Maria da Trindade. Contexto **sócio-político e educação popular: o caso**

da Cruzada ABC. João Pessoa: Ed. Universitária, 2001.

SOUZA, João Francisco de. **A educação escolar, nosso fazer maior, des(a)fia o nosso saber – educação de jovens e adultos.** Recife: Bagaço, 2000.

UNICEF. **Criança e Adolescente em Alagoas: saúde, educação e trabalho.** São Paulo, 1993.

. Democracia: uma grande escola. São Paulo. 1998.

. Situação da infância brasileira. São Paulo. 2001.

. Relatórios:1992-2000. Disponíveis em <http://www.unicef.org.br/>. Acesso em: jan/2005, mar/2005 e out/2005.